

“TÁTICAS, TRAPAÇAS E ASTÚCIAS” A POLÍTICA DA VIDA REAL

UM PAÍS SEM POVO

O povo brasileiro vem sendo apontado desde os primórdios da República, tanto pelo senso comum iletrado quanto por grande parte da intelectualidade do País, de ser a um só tempo culpado e vítima da miséria e da corrupção no País. A idéia de que, por sua ignorância e despreparo, o povo comporta-se de maneira passiva, apática, indiferente à política, permanece como uma marca do nosso “atraso”¹. “Somos um país sem povo”, resume Hermes Lima, analisando o comportamento político do povo brasileiro.

Assim, no Império, conservadores e liberais revizavam-se no poder mais por força de imperativos decorrentes de influências pessoais (...) e dos choques de interesses entre as classes dominantes do que por força das manifestações da vontade popular. Também, na República, as máquinas eleitorais manipulavam a seu arbítrio os candidatos e distribuía entre os mesmos postos e cargos, ficando o povo reduzido a mero símbolo constitucional” (LIMA, 1998: 302).

Na base do conceito de cidadania no Ocidente, pano de fundo de análises como a de Hermes Lima, está um ideal de política de tal forma naturalizado no senso comum intelectual, que a todo comportamento político considerado “não racional” ou “não consciente” seria negada importância ou mesmo existência. As eleições são o ritual por excelência do ideal de-

GEÍSA MATTOS*

RESUMO

As pesquisas de Michel De Certeau (“A Invenção do Cotidiano”, 1990) sobre as práticas cotidianas dos homens comuns, com suas táticas e astúcias, servem de ponto de partida desta crítica à forma tradicional de se analisar o comportamento político do brasileiro. A autora inspira-se ainda na pesquisa de José Murilo de Carvalho (“Os Bestializados”, 1987) e no clássico de Euclides da Cunha (“Os Sertões”)

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará

mocrático, no qual os cidadãos reforçariam a sua crença na democracia e na sua validade fática. A importância do sufrágio universal está na idéia de igualdade a ela associada – “um homem, uma voz”. Ignorar a importância do direito de voto seria negar a si próprio a condição de cidadão. Portanto, se o povo é “manipulado” nas eleições, este

povo simplesmente não existe, pois não existe enquanto cidadão-eleitor-racional.

No entanto, a história do sufrágio universal mostra que a idéia de “povo” decidindo conscientemente o seu voto na cabine eleitoral nunca foi realidade, e não só no Brasil. A modernidade, com o crescimento da noção de individualismo e de esfera pública atuando politicamente, criou condições para uma “produção” do eleitor, ao qual o eleitor real na maioria das vezes não correspondeu (OFFERLÉ, 1993; ROSANVALLON, 1992; SÁBATO, 1995)

O historiador José Murilo de Carvalho procurou entender que povo era este, considerado “bestializado” no nascimento da República brasileira², qual o seu imaginário político e qual a sua prática política. Carvalho mostra que o povo se comportava diferentemente do tipo de “cidadania” esperada pela elite política e pelos intelectuais. “Cabe perguntar se a percebida inexistência de povo não era consequência antes do tipo de povo ou cidadão que se buscava” (CARVALHO, 1987: 69)

Um tipo de pesquisa como a de Murilo de Carvalho só é possível quando se inverte a per-

gunta pelo “cidadão” e passa-se a percebê-lo como sujeito dotado de uma lógica própria, diversa da dominante. Estes a quem chamamos de povo têm as suas astúcias e desenvolvem táticas nas ocasiões que encontram para tirar partido de sua posição.

A idéia de astúcias e táticas populares aparece nas pesquisas de Michel De Certeau (1990), as quais dirigem seu olhar às práticas cotidianas dos homens comuns, supostamente entregues à passividade e a disciplina. Para ele, a “cultura popular” se formula essencialmente em “artes de fazer”, isto é, em consumos combinatórios e utilitários. São práticas que colocam em jogo uma *ratio* popular: uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar inseparável de uma arte de utilizar (DE CERTEAU, 1990: 37 a 42)

Tais práticas, como afirma De Certeau (1990), muitas vezes desencaminham as nossas lógicas, marcadas pelo racionalismo que caracteriza a visão de mundo dominante da Modernidade. Elas não têm projeto ou estratégia – daí o seu incômodo, ou a sua “insignificância” do ponto de vista da tradição da sociologia política: elas não são revolucionárias. São antes orientadas por um nível intuitivo da inteligência humana, táticas do mais fraco para tirar partido do mais forte, que se utilizam nos momentos oportunos. A tática, ao contrário da estratégia:

(...) não tem a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva” (DE CERTEAU, 1990: 100).

Exemplos das táticas populares de que fala De Certeau encontram-se na pesquisa de Murilo de Carvalho (1987) na qual recupera a auto-imagem dos cariocas, nos anos que se seguiram à Proclamação da República, a partir dos cronistas da época – Artur Azevedo, Manuel Antônio

de Almeida – das sátiras do carnaval e da prática da capoeira. Carvalho descobre que a auto-imagem do carioca do início do século XX se identificava com a arte do “tribofe” – a trapaça, em todos os domínios do comportamento.

Havia tribofe na política, na bolsa, no câmbio, na imprensa, no teatro, nos bondes, nos alugueis, no amor. Não se obedecia nem à lei dos homens, nem à de Deus. Como diria o próprio Tribofe: ‘Ah, minha amiga, nesta boa terra os mandamentos da lei de Deus são como as posturas municipais... Ninguém respeita!’ (CARVALHO, 1987: 158)

Artur Azevedo abordava o tema das trapaças no cotidiano dos cariocas nas revistas *O Tribofe*, de 1891, e *O Bilontra*, de 1886, ambas escritas por ele. “O bilontra é o espertalhão, o velhaco, o gozador: o tribofeiro”. Na revista *O Cruzeiro*, na mesma época, também aparece a imagem da esperteza do carioca, de sua capacidade de reverter a realidade adversa em benefício próprio. Carvalho observa que “da parte do próprio poder e de seus representantes desenvolveram-se táticas de convivência com a desordem, ou com uma ordem distinta da prevista. A lei era desmoralizada de todos os lados, em todos os domínios” (CARVALHO, 1987: 159)

A conclusão de Carvalho é que o povo não levava a sério a República porque entendia que esta não era para valer: ele seria bestializado se o fizesse. Entendendo que não se prestava à manipulação, o povo fluminense se percebia como “bilontra”. A revolta contra a vacina obrigatória, em 1904, com a qual Oswaldo Cruz e a Prefeitura do Rio de Janeiro pretendiam erradicar a varíola, era um exercício efetivo de participação popular que não se limitava aos direitos políticos permitidos. Afinal, 80% da população era mantida afastada do direito ao voto pelos critérios constitucionais nos primórdios da República.

Uma série de manifestações populares, que incluíram confrontos com a polícia, revelou que a passividade do povo era apenas aparente. Elas conseguiram impedir que a vacinação prosse-

guisse como queriam os dirigentes municipais. Os fluminenses se rebelaram contra a “inviolabilidade do lar”, motivados por valores morais, mas em uma atitude franca de auto-afirmação, que expressava um tipo de cidadania, ainda que diferente do conceito ilustrado:

De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como um homem!”, disse um “preto acapoeirado” que participou da revolta a um repórter do jornal A Tribuna. Para ele, o mais importante era “mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo (CARVALHO, 1987: 139).

ASTÚCIAS E TÁTICAS EM “OS SERTÕES”

No clássico de Euclides da Cunha sobre a Revolta de Canudos, encontram-se passagens preciosas no sentido que até agora vimos levantando, do uso surpreendente de astúcias e táticas dos excluídos contra o Poder político e econômico. Mais uma vez, no caso de Canudos, como na Revolta da Vacina, em 1904, desafia-se a lógica dominante da razão, da ciência e da ordem instituída. São aqueles a quem o Poder atribui a pecha de “desordeiros, vadios, ignorantes” os responsáveis por abalos consideráveis na ordem dominante.

Apesar de Euclides da Cunha render-se, em vários momentos, à perspectiva racista de sua época, ele consegue transcendê-la, e com sensibilidade aguçada e veia poética descreve a força daqueles a quem julgara inferiores. A descrição do Homem em “Os Sertões” é pródiga em exemplos do combate interno vivido pelo autor entre o racismo dominante de sua época que considerava “a mestiçagem extremada um retrocesso”³ e a fortaleza do sertanejo, captada por sua sensibilidade. Ele inicia o capítulo III com a frase clássica: “O sertanejo é antes de tudo um forte”. Mas em seguida descreve-o como um ser

desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típi-

ca dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de disciplicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente (CUNHA, 1995: 179).

Adiante, mais uma vez, revela que esta aparência de abatimento é ilusória:

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Impertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte (...) e da figura vulgar do tabaréu canbestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias (CUNHA, 1995: 180).

Em “Os Sertões”, descobrimos que a força capaz de operar o milagre de transmutação de Quasímodo em Hércules no sertanejo se dá por meio de seu imaginário religioso. Antônio Conselheiro e seus discípulos recriaram a religião ensinada pelos jesuítas, no sincretismo que introduz elementos de outros mitos e rituais que compunham o imaginário sertanejo – dando-lhe, no conjunto, novos significados. Assim foram (re)elaborando o real e mobilizando-se para a ação.

Euclides percebeu o papel que o imaginário desempenhou na mobilização coletiva de Canudos: para ele, aquela “sociedade primitiva” (...) compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres” (CUNHA, 1987: 213) Entretanto, como em toda a tradição positivista, Euclides julgava que “compreender a vida pelos milagres”, ou seja, pelos mitos religiosos, seria comportamento típico de uma sociedade primitiva. A idéia de “evolução”, na tradição positivista, representa o triunfo do pensamento racional sobre o mito.

O mito é entendido como idéia falsa, ilusão, em contraposição a uma “realidade”. No entanto, esta tradição ignora que a própria democracia com toda a racionalidade, que lhe dá sustentação e legitimidade, está ancorada sobre mitos. Examinando a história do sufrágio universal, pedra de toque da democracia, Rosanvalon (1992) revela que a igualdade política aproxima e anula o que há de mais naturalmente diferente entre os homens: o saber e o poder. É a forma de igualdade mais artificial e exemplar:

Se a democracia é ao mesmo tempo um regime (o poder do povo) e uma religião (a celebração de uma mística de sociedade dos iguais), ela encontra dentro da idéia do sufrágio universal sua dupla matriz, o lugar de expressão de sua ambivalência, o ponto de tensão de sua significação (ROSANVALLON, 1992: 12).

A insurreição de Canudos contra a República é reflexo de um contexto cultural em que mitos religiosos e políticos se misturam. O que mobilizava os seguidores do Conselheiro era tanto o anúncio do Juízo Final, quanto a promessa de desgraça dos poderosos, a destituição do mundo profano (CUNHA, 1995: 220) Enquanto os intelectuais da época discutiam se a Guerra de Canudos tinha um sentido político ou religioso, para os canudenses era o próprio sentido do político que era diverso⁴.

Do lado dos soldados que representavam a República, a mobilização também dependia de um imaginário coletivo de heroísmo e virilidade sob o nome de “defesa da Pátria”. O processo de construção deste imaginário positivo para a República se dava na medida em que a guerra avançava e sofria golpes com as sucessivas derrotas dos canudenses. “Viva a República!”, gritavam os soldados ao baquear ou para comemorar suas vitórias. “Viva o Bom Jesus!”, professavam os canudenses de sua parte. O que mobilizava ambos os lados senão mitos, sejam eles políticos ou religiosos?

Na origem dos preconceitos criados em torno do povo brasileiro – atribuindo-lhe falta

de “existência” política, falta de consciência de cidadania – está em primeiro lugar uma ausência de auto-crítica em relação aos próprios mitos que dão sustentação às nossas instituições políticas, por vezes tão artificiais quanto os mitos que sustentam as instituições religiosas – como a idéia de representação política. Em segundo lugar, é necessário perceber que os populares entendem o político de forma diversa, e põem em prática, no cotidiano, uma série de táticas que evidenciam um comportamento ativo, ainda que se auto-nomeie não-político. Só quando se está aberto a essa compreensão diversa do político é que se pode perceber as surpresas que as táticas populares proporcionam e sua capacidade de desmontar “esquemas políticos” tidos como inabaláveis. Não é à toa que se diz que, eleições, como futebol, são “uma caixinha de surpresas”. Assim é que se vêem, por exemplo, vereadores sustentados por esquemas clientelistas de campanha eleitoral sucedendo-se no poder há quase duas décadas, de repente, serem derrotados sem nenhuma mudança significativa em suas práticas que justificasse a derrota. O eleitor “aprendeu a votar”, transferindo votos para a esquerda? Parece-me que não há esta lógica. São tentativas de se adaptar melhor a um mundo de adversidades, do qual as eleições são um tempo de “aproveitar as oportunidades”⁵.

A crônica de Euclides mostra o sertanejo se constituindo numa “ádua aprendizagem de revezes”, adaptando-se à hostilidade do meio e desenvolvendo habilidades para enfrentá-lo, construindo assim a sua visão de mundo, a sua cultura:

Atravessa a vida entre ciladas, surpresas repentinas de uma natureza incompreensível, e não perde um minuto de tréguas. É o batalhador perenemente combalido e exausto, perenemente audacioso e forte; preparando-se sempre para um recontro que não vence e em que se não deixa vencer (...) Reflete, nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza que o rodeia – passiva ante o jogo dos elementos e passando, sem transição sensível, de uma estação à outra, da maior exuberância à penúria dos desertos incendiados, sob o

reverberar dos estios abrasantes. É inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se (CUNHA, 1987: 183).

O sertanejo da obra de Euclides resulta de sua sensibilidade de ver o mundo. Assim sendo, a fantasia do escritor recriou uma estética sobre o universo dos sertões que não existiria aos olhos da “razão científica”. Ao contrário dos que, com uma análise conceptualista, tentaram encontrar o povo e não o acharam, Euclides deu vida ao povo sertanejo. As contradições pessoais do autor, que transparecem na obra, não chegam a tirar o seu brilho e importância. Em cronistas como ele devemos nos inspirar no ofício de cientistas sociais, pois só assim deixaremos de ser “um País sem povo”.

NOTAS

- ¹ Entre os clássicos da sociologia política é comum encontrar de diversas formas esta assertiva. Veja-se, por exemplo, Vitor Nunes Leal, na conclusão de seu importante estudo sobre o coronelismo: “Não podemos negar que o ‘coronelismo’ corresponde a uma quadra da evolução política de nosso povo, que deixa muito a desejar. Tivéssemos maior dose de espírito público e as coisas certamente se passariam de outra forma. Por isso, todas as medidas de moralização da vida pública nacional são indiscutivelmente úteis e merecem o aplauso de quantos anseiam pela elevação do nível político do Brasil. Mas não tenhamos demasiadas ilusões. A pobreza do povo, especialmente da população rural e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres” (LEAL, 1978: 258).
- ² A expressão “o povo assistiu bestializado aos acontecimentos da República” é de Aristides Lobo, propagandista da República, decepcionado com a maneira como foi proclamado o novo regime. Citado por Murilo de Carvalho (1987: 7)
- ³ CUNHA, 1995: 176

- ⁴ Ver RODRIGUES, Nina. “Canudos e a Política”. In *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Org. Djacir Menezes. Brasília: Senado Federal, 1998.
- ⁵ Sobre a idéia de “tempo da política” constituindo uma quebra do cotidiano das populações no Brasil, ver PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz (1995; 1997).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
2. CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Obra completa. Vol. II. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1995.
3. DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
4. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 24ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992.
5. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978
6. LIMA, Hermes. “Partidos, povo e consciência política”. In *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Col. Brasil 500 anos. Org. Djacir Menezes. Brasília, Senado Federal, 1998.
7. OFFERLÉ, Michel. *Un homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Paris, Gallimard, 1993
8. PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. “Os Comícios e a Política de Facções” In *Anuário Antropológico/94*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995
9. _____. “Política Ambígua”. In BIRMAN, Patrícia (et.al.) *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997
10. RODRIGUES, Nina. “Canudos e a Política”. In *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Org. Djacir Menezes. Brasília: Senado Federal, 1998.
11. ROSANVALLON, Pierre. *Le Sacre du Citoyen. Histoire du Suffrage Universel en France*. Paris, Bibliothèque des Histories, Gallimard, 1992.
12. SABATO, Hilda. “Elecciones y prácticas electorales en Buenos Aires, 1860-1880. Sufragio Universal sin Ciudadanía Política?” In ARMINO, Antonio (ed.) *Historia das Elecciones en Iberoamérica, siglo XX*. Montevideo, Fondo de Cultura Económica, 1995.